

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Mundial S.A. - Produtos de Consumo
Companhia Aberta
CNPJ: 88.610.191/0001-54



ÍNDICE

Convite do Presidente do Conselho de Administração	3
Esclarecimentos para participação na Assembleia	4
Proposta da Administração	6
Comentários dos Diretores (Art.10 - Instrução CVM nº 480/09)	8
Administradores e membros do Conselho (Item 12.5 a 12.10 - Instrução CVM nº 480)	40
Remuneração dos Administradores (Item 13 -Instrução CVM nº 480/09)	44
ANEXO	
Edital de Convocação	53

CONVITE DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Convidamos todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada às **15h do dia 08 de junho de 2015**, na sede social da Companhia, localizada em São Paulo-SP na Rua do Paraíso, 148 – 15º andar - conj. 151.

A seguir a Companhia fornecerá para sua análise informações requerida pelos Artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como esclarecimentos para participação na Assembleia da Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,
Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração

ESCLARECIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Nos termos do Artigo 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, para serem admitido na Assembleia, os acionistas ou seus representantes habilitados deverão observar, para participação na Assembleia ora convocada, o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, parágrafo 1º, cujo instrumento deverá ser depositado na sede social com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, à data referida para realização da assembleia, além dos documentos abaixo conforme o caso:

Acionista Pessoa Física:

- (i) Documento de identidade do Acionista; e
- (ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Acionista Pessoa Jurídica:

- (i) Documento de identidade do representante legal ou procurador presente;
- (ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária;
- (iii) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;
- (iv) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso; e
- (v) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados no item iv acima.

Acionistas representados por procurador:

- (i) Procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de um ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos;
e
- (ii) Documento de identidade do Procurador.

Procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia, solicita que a documentação acima seja enviada com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia para o endereço da sede social:

A/C. Departamento de Relações com Investidores

Rua do Paraíso, 148 – 15º andar - Conj., 151

CEP. 04103-000 – SÃO PAULO - SP

Por fim, a Companhia esclarece ainda que todos os documentos e informações pertinentes à matéria a ser examinada e deliberada na Assembleia da Companhia contendo os esclarecimentos exigidos pela Instrução CVM nº481/09, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos sítios eletrônicos www.mundial.com, www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Mundial S/A – Produtos de Consumo, no termos do que dispõem a legislação pertinente ao Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da sociedade, vem propor a V. Sas. o que segue.

- i. **Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis, relatório da administração e parecer dos auditores, independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2014;**

O Conselho de Administração da Mundial S.A. – Produtos de Consumo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis (individuais e consolidadas) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório com ressalva dos auditores independentes, com data de 30 de abril de 2015, o Conselho de Administração conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

- ii. **Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;**

Em 2014, a Companhia não apresentará o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009 em função da apuração de prejuízos acumulados no montante de R\$ 76.938 milhões.

- iii. **Fixar o número de membros para compor o Conselho de Administração nos termos do que dispõe o Estatuto Social da Companhia;**

Conforme previsto no Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão, na Assembleia Geral Ordinária, deliberar o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

A proposta da Administração é de que o número de membros do Conselho de Administração seja de 03 (três) membros. A Companhia entende que a proposta de reduzir o número de membros do Conselho de Administração está de acordo com os preceitos de governança corporativa seguidos atualmente pela Companhia.

- iv. **Eleger os membros do Conselho de Administração;**

Como já é de conhecimento, os membros do Conselho de Administração em exercício são considerados automaticamente indicados para reeleição, e, neste ano, será levada a apreciação dos acionistas, a indicação de 3 (três) membros indicados pela atual Administração da Companhia para compor este Conselho. As principais informações de cada um dos membros do Conselho de

Administração estão descritos nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480.

v. Fixar o montante da remuneração dos Administradores.

Os membros do Conselho de Administração receberão uma remuneração na forma fixada pela Assembleia Geral, obedecidos aos dispositivos legais e estatutários próprios.

São Paulo, 06 de maio de 2015.

Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração

Em atendimento ao disposto no artigo 9º inciso III, no artigo 10º e no artigo 12º inciso II da Instrução CVM nº. 481/09, apresentamos a seguir os itens 10, 12.5 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência (anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480), da Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeiras consolidadas, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP do exercício de 2014 da Companhia, foram arquivadas na CVM no dia 30 de abril de 2015 e estão disponíveis para consulta no *website* da Mundial S/A (www.mundial.com).

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

Os comentários dos diretores a seguir descritos foram elaborados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

No exercício de 2014, a receita líquida acumulou R\$ 380,1 milhões, ante R\$ 409,7 milhões no exercício anterior. O desempenho reflete a situação menos favorável do mercado interno, responsável por mais de 90% da receita da Companhia, além da menor receita de Personal Care no decorrer do primeiro semestre do ano, enquanto o novo modelo logístico de distribuição da divisão estava em processo de adequação. O crescimento verificado na segunda metade do ano nessa divisão, mesmo com sua relevante representatividade na receita total da Companhia, ainda não foi, portanto, suficiente para compensar os fatores adversos.

O Ebitda ajustado do exercício apresentou redução de 59,4% em relação ao registrado no ano anterior, atingindo R\$ 23,7 milhões. Com isso, a margem Ebitda de 2014 foi de 6,2%, ante 14,3% no exercício anterior.

A Companhia continuou seu processo de investimento focado na manutenção preventiva, considerando, as limitações de caixa do período e o foco na readequação de seu perfil financeiro, dedicando esforços no sentido de direcionar recursos para o equacionamento do passivo fiscal.

Foram realizados investimentos no início de 2014 na montagem da estrutura de depósito e distribuição de produtos. Em termos operacionais, na contínua busca pelo ganho de produtividade, estão entre os objetivos da Companhia a introdução de novos e mais eficiente processos produtivos e a ampliação do grau de automação. No exercício de 2014 a Companhia direcionou R\$ 10,3 milhões para investimentos, montante 28,8% superior aos R\$ 8,0 milhões investidos em 2013.

A dívida líquida ao final do exercício de 2014 era de R\$ 128,0 milhões, evidenciando redução de 15,7% ante a posição de R\$ 151,8 milhões registrado em 31/12/2013. O saldo considera a dívida total da Companhia, excluídos os valores contabilizados como “Caixa e equivalentes de caixa” e

“Aplicações financeiras” que, somados, eram de R\$ 10,4 milhões em 31/12/2014, e R\$ 11,3 milhões na mesma data de 2013.

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente à sua estratégia de crescimento e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

Em 2013, o lucro líquido totalizou R\$ 4,6 milhões, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 6,0 milhões registrado no ano anterior. A margem líquida foi de 1,1%. Tal resultado reflete o processo de reestruturação organizacional realizado ao longo de 2013, o que envolveu maior controle sobre custos e despesas operacionais, a introdução de novos processos tanto industrial quanto em termos administrativos e comerciais, e a firme gestão dos aspectos financeiros. Todos os segmentos de atuação da Companhia contribuíram positivamente para um bom desempenho ao longo do ano, revertendo à situação de resultado líquido negativo dos anos anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou uma Receita Líquida de Vendas de R\$ 409,7 milhões com um crescimento de 11,3% sobre o ano anterior. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou o valor de R\$ 58,4 milhões o que representa incremento de 35,0% comparado aos R\$ 43,2 milhões registrados em 2012. A margem se elevou em 2,5 p.p., alcançando 14,2% em 2013. Este crescimento na geração de caixa é o resultado dos frutos alcançado advindos de sua atividade operacional, com elevação do faturamento e maior controle sobre os custos e despesas operacionais.

Em 2012, a Companhia se ressentiu da deficiência de capital de giro, o que se traduziu em elevados custos financeiros operacionais, a Receita Líquida totalizou R\$ 368,1 milhões, montante 1,2% superior em relação aos R\$ 364,0 milhões auferidos no exercício de 2011. O ano de 2012 foi melhor no que tange a geração operacional de caixa. Enquanto o EBITDA, operacional em 2011 somou R\$32,4 milhões, o mesmo indicador registrou R\$ 43,2 milhões em 2012, um incremento superior a 33%. A margem registrou aumento de 2,8 p.p., passando de 8,9% em 2011 para 11,7% ao final de 2012. No ano de 2012, o total de investimentos empregado pela Companhia totalizou R\$ 8,1 milhões, montante 58,2% inferior frente aos R\$ 19,4 milhões investidos em 2011.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipótese de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

CAPITAL TOTAL	2014	2013	2012
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Capital de terceiros	813.791	895.465	838.439
Capital Próprio	8.646	37.402	32.330

Não há no momento a possibilidade da Companhia propor o resgate de suas ações.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 possui o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Consolidado
2016	7.332
2017	904
2017 em diante	<u>320</u>
	<u>8.556</u>

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de financiamento de capital de giro os empréstimos e financiamentos captados no mercado. Referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia se utiliza da grande liquidez de seus recebíveis para lastrear a maioria de suas operações financeiras

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

R\$ (milhões)	2014	2013	2012
Endividamento - curto prazo	129.772	159.816	156.913
Endividamento - longo prazo	8.556	3.305	14.411
Total Endividamento	138.328	163.121	171.324
(-) caixa e equivalentes de caixa	5.217	3.789	7.890
(-) Aplicações Financeiras	5.135	7.560	
Endividamento líquido	127.976	151.772	163.434

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado referem-se, basicamente, a captações de

recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Os saldos estão demonstrados no quadro abaixo:

Modalidade	Taxa contrato	Consolidado		
		Taxa efetiva % *	31/12/14	31/12/13
Capital de giro - CCB	CDI + 0,68% a.m.	1,60	33.026	42.338
Capital de giro em moeda estrangeira	VC + 11% a.a.	1,25	-	4.727
Capital de giro - Conta garantida	CDI + 0,90% a.m.	1,82	5.131	24.656
Capital de giro -CCE- NCE	CDI + 0,81% a.m.	1,73	47.722	43.011
CCB - Cheque empresa	CDI + 1,26% a.m.	2,18	-	5
Fiança	0,17% a.m.	0,17	841	796
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	VC + 0,59% a.m.	8,96	3.849	7.217
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 0,66% a.m.	9,03	2.116	2.846
Desconto de duplicatas/Fomento	CDI + 0,66% a.m.	1,58	40.362	27.388
Arrendamento mercantil financeiro	1,35% a.m.	1,35	5.258	3.951
Finame	TJLP + 0,37% a.m.	0,37	23	113
			138.328	157.048
Passivo circulante			129.772	153.743
Passivo não circulante			8.556	3.305
			138.328	157.048

* O percentual da variação cambial de Outubro a Dezembro foi de 2014 foi de 8,37%.

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CDB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 59 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,68% a.m.

Os empréstimo de capital de giro - Conta Garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 2 mês e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,90% a.m.

Os empréstimo de capital de giro - CCE-NCE estão garantidos por duplicatas, CDB's e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 24 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,81% a.m.

Os contratos de prestação de fiança estão garantidos por CDB's e aval. Estas fianças tem prazo de até 2 meses foram negociados em um taxa média de 0,17% a.m.

Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos por duplicatas MI e aval. Estes financiamentos tem prazo de até 6 meses foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 0,59% a.m.

Os adiantamentos de câmbio-ACE estão garantidos por cambiais ME, CDB e aval. Estes financiamentos tem prazo de até 4 meses foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 0,66% a.m.

Os descontos de duplicatas/fomentos estão garantidos por NP, aval e com o compromisso de entrega futura de duplicatas. Foram negociados a uma taxa média de CDI + 0,66% a.m.

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 33 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,35% a.m.

Operações nas controladas:

Eberle Equipamentos e Processos S.A

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Estes financiamentos tem o prazo de até 5 meses e foram negociados em uma taxa de TJLP + taxa média de 0,37% a.m.

As aplicações em CDB estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 12 meses e foram negociados em uma taxa média de 10% a.m. do CDI.

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 17 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,32% a.m.

As aplicações em CDB estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 6 meses e foram negociados em uma taxa média de rendimento de 5% a.m. do CDI.

Os títulos de capitalização estão garantindo operações de empréstimos. Esses títulos tem o prazo de até 3 meses e foram negociados em uma taxa média de rendimento de TR.

Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda:

Os empréstimo de capital de giro - Conta Garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 3 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,94% a.m.

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 27 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,45% a.m.

As aplicações em CDB estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 12 meses e foram negociados em uma taxa média de 10% a.m. do CDI.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Evolução dos Financiamentos - Consolidado	2014	2013	2012
Valor Inicial Contratado	9.400	6.553	6.049
Saldo devedor atualizado	5.281	4.064	3.555
Valores em percentuais já utilizados	56,18%	62,02%	58,77%

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Mundial S.A. - Produtos de Consumo

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	Análise Horizontal
	31/12/14	2014	31/12/13	2013	31/12/12	2012	2014x2013	2013x2012
Ativo Circulante								
Disponibilidades	5.217	0,63%	3.789	0,4%	2.821	0,3%	37,69%	34,31%
Aplicações financeiras	5.135	0,62%	7.560	0,8%	5.069	0,6%	-32,07%	49,14%
Clientes	112.556	13,69%	134.539	14,4%	129.324	14,9%	-16,34%	4,03%
Provisão p/créd. de liquid.duvidosa	(4.915)	-0,60%	(4.462)	-0,5%	(5.244)	-0,6%	10,15%	-14,91%
Estoques	51.310	6,24%	42.655	4,6%	40.529	4,7%	20,29%	5,25%
Impostos a recuperar	2.314	0,28%	2.541	0,3%	2.375	0,3%	-8,94%	6,99%
Títulos a receber	669	0,08%	409	0,0%	19.553	2,2%	63,57%	-97,91%
Debêntures	960	0,12%	960	0,1%	-	0,0%	0,00%	0,00%
Outras contas a receber	13.239	1,61%	10.036	1,1%	8.104	0,9%	31,92%	23,84%
Total Ativo Circulante	186.485	22,67%	198.027	21,2%	202.531	23,3%	-5,83%	-2,22%
Ativo não Circulante								
Títulos a receber	17.937	2,2%	74.860	8,0%	46.812	5,4%	-76,04%	59,92%
Títulos de capitalização	1.233	0,1%	644	0,1%	730	0,1%	91,47%	-11,76%
Partes relacionadas	2.966	0,4%	21.799	2,3%	370.839	42,6%	-86,39%	-94,12%
Imp. de renda e c.social diferidos	2.835	0,3%	1.285	0,1%	707	0,1%	120,62%	81,75%
Creditos tributários	2.125	0,3%	2.125	0,2%	2.125	0,2%	0,00%	0,00%
Impostos a recuperar	12.927	1,6%	11.858	1,3%	9.217	1,1%	9,02%	28,65%
Outras contas a receber	65.360	7,9%	6.030	0,6%	5.196	0,6%	983,93%	16,05%
Debêntures privada a receber	303.678	36,9%	388.047	41,6%	-	0,0%	-21,74%	0,00%
Ativos mantidos para venda	29.826	3,6%	29.826	3,2%	4.247	0,5%	0,00%	602,27%
Outros investimentos	341	0,0%	241	0,0%	301	0,0%	41,53%	-20,00%
Imobilizado	158.108	19,2%	160.991	17,3%	192.731	22,1%	-1,79%	-16,47%
Intangível	38.616	4,7%	37.134	4,0%	35.333	4,1%	3,99%	5,10%
Total Ativo não Circulante	635.952	77,3%	734.840	78,8%	668.238	76,7%	-13,46%	9,97%
TOTAL DO ATIVO	822.437	100,0%	932.867	100,0%	870.769	100,0%	-11,84%	7,13%

	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	Análise Horizontal
	31/12/14	2014	31/12/13	2013	31/12/12	2012	2014x2013	2013x2012
Passivo Circulante								
Fornecedores	36.004	4,4%	40.147	4,3%	46.224	5,3%	-10,32%	-13,15%
Impostos e contribuições sociais	130.255	15,8%	164.580	17,6%	125.361	14,4%	-20,86%	31,28%
Debêntures	-	0,0%	6.073	0,7%	6.554	0,8%	-100,00%	-7,34%
Salários e ordenados	13.712	1,7%	14.684	1,6%	13.335	1,5%	-6,62%	10,12%
Empréstimos e financiamentos	129.772	15,8%	153.743	16,5%	150.359	17,3%	-15,59%	2,25%
Outras contas a pagar	28.887	3,5%	12.582	1,3%	8.204	0,9%	129,59%	53,36%
Total Passivo Circulante	338.630	41,2%	391.809	42,0%	350.037	40,2%	-13,57%	11,93%
Passivo não Circulante								
Empréstimos e financiamentos	8.556	1,0%	3.305	0,4%	8.130	0,9%	158,88%	-59,35%
Impostos e contribuições sociais	417.827	50,8%	434.950	46,6%	402.638	46,2%	-3,94%	8,03%
Debêntures	-	0,0%	-	0,0%	6.281	0,7%	0,00%	-100,00%
Partes relacionadas	40	0,0%	-	0,0%	623	0,1%	0,00%	-100,00%
Provisões para contingências	2.751	0,3%	1.040	0,1%	2.873	0,3%	164,50%	-63,80%
Imp. de renda e c.social diferidos	37.273	4,5%	63.178	6,8%	66.648	7,7%	-41,00%	-5,21%
Outras contas a pagar	8.714	1,1%	1.183	0,1%	1.209	0,1%	636,59%	-2,15%
Total Passivo não Circulante	475.161	57,8%	503.656	54,0%	488.402	56,1%	-5,66%	3,12%
Patrimônio Líquido								
Capital social	43.794	5,3%	43.794	4,7%	43.794	5,0%	0,00%	0,00%
(-) Ações em Tesouraria	(36)	0,0%	(36)	0,0%	(36)	0,0%	0,00%	0,00%
Reservas de reavaliação	41.661	5,1%	42.672	4,6%	43.745	5,0%	-2,37%	-2,45%
Ajustes de avaliação patrimonial	(940)	-0,1%	(837)	-0,1%	(978)	-0,1%	12,31%	-14,42%
Resultados acumulados	(76.938)	-9,4%	(49.038)	-5,3%	(54.716)	-6,3%	56,89%	-10,38%
Total do PL dos controladores	7.541	0,9%	36.555	3,9%	31.809	3,7%	-79,37%	14,92%
Participações dos não controladores	1.105	0,1%	847	0,1%	521	0,1%	30,48%	62,57%
Total do Patrimônio Líquido	8.646	1,1%	37.402	4,0%	32.330	3,7%	-76,88%	15,69%
TOTAL PASSIVO E PL	822.437	100,0%	932.867	100,0%	870.769	100,0%	-11,84%	7,13%

Análise do Balanço Patrimonial (2014 – 2013)

Clientes

A redução saldo de Clientes em relação ao ano de 2013 foi em função da redução do prazo médio de recebimento.

Estoques

Os estoques aumentaram em 20,29% em relação a 2013, em função da redução dos volumes vendidos no período.

Outras contas a receber circulante e não circulante

Em dezembro de 2014 a Mundial S.A e sua controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda registrou o montante no valor de R\$ 57.500, a título de aquisição de Direitos Creditório, em contra partida a esse direito a Companhia e sua Controlada registrou passivo a pagar o montante de R\$ 19.225.

Títulos a receber

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração reconheceu perda de títulos a receber no valor de R\$ 56.926, baseada no Laudo de avaliação de bens realizado por uma empresa especializada contratada pela Companhia e na opinião de seus assessores jurídicos, uma vez que a empresa compradora está em situação de Recuperação Judicial.

Partes relacionadas

A variação desta conta refere-se a baixa realizada em 2014, dos direitos a receber referente “Créditos Judiciais de Terceiros” no valor de R\$18.793.

Debêntures privada a receber

Em novembro de 2014, a Companhia recebeu da Hercules S.A o valor R\$ 84.396, através de transferência de prejuízo fiscal para utilização no parcelamento da Lei 12.996/2014, sendo a título de pagamento de parte do saldo das debêntures.

Impostos e contribuições sociais

A Companhia aderiu em 2014 ao parcelamento federal instituído pela Lei nº. 12.996/2014 (reabertura do parcelamento da Lei 11.941/2009), que possibilitou a inclusão de todos os débitos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013, nos termos e condições da Lei 11.941/2009. O referido parcelamento permitiu a redução de multas juros e encargos utilizando prejuízo fiscal e base negativa, gerando com isso redução no passivo tributário da Companhia.

Debêntures a pagar

A redução apresentada se deu em função da quitação do total das debêntures.

Imposto de renda e contribuição social diferido

A redução do imposto de renda e contribuição social diferido gerado em 2014 foi em função da realização do imposto diferido.

Outras contas a pagar circulante e não circulante

Um dos principais motivos da variação do contas a pagar se deu em função que em dezembro de 2014 a Mundial S.A e sua controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda, registrou o montante no valor de R\$ 57.500, a título de aquisição de Direitos Creditórios, em contra partida a esse direito a Companhia e sua Controlada registrou passivo a pagar o montante de R\$ 19.225.

Mundial S.A. - Produtos de Consumo

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

(Em milhares de Reais)

	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	Análise Horizontal
	31/12/14	2014	31/12/13	2013	31/12/12	2012	2014x2013	2013x2012
Receita líquida de vendas e serviços	380.053	100,00%	409.698	100,00%	368.142	100,00%	-7,24%	11,29%
Custos de vendas e serviços	(254.293)	-66,91%	(265.856)	-64,89%	(248.090)	-67,39%	-4,35%	7,16%
Lucro bruto	125.760	33,09%	143.842	35,11%	120.052	32,61%	-12,57%	19,82%
Despesas operacionais								
Com vendas	(78.703)	-20,71%	(74.814)	-18,26%	(64.744)	-17,59%	5,20%	15,55%
Gerais e administrativas	(34.562)	-9,09%	(28.924)	-7,06%	(25.702)	-6,98%	19,49%	12,54%
Remuneração dos administradores	(2.746)	-0,72%	(2.628)	-0,64%	(2.525)	-0,69%	4,50%	4,08%
Outras receitas e despesas operacionais	(1.635)	-0,43%	4.689	1,14%	402	0,11%	-134,87%	1066,42%
	(117.646)	-30,96%	(101.677)	-24,82%	(92.569)	-25,14%	15,71%	9,84%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	8.114	2,14%	42.165	10,29%	27.483	7,47%	-80,76%	53,42%
Resultado Financeiro								
Receitas financeiras	36	0,01%	41.228	10,06%	44.804	12,17%	-99,91%	-7,98%
Despesas financeiras-giro	(43.427)	-11,43%	(35.524)	-8,67%	(38.347)	-10,42%	22,25%	-7,36%
Outras despesas financeiras	(18.067)	-4,75%	(41.936)	-10,24%	(30.333)	-8,24%	-56,92%	38,25%
	(61.458)	-16,17%	(36.232)	-8,84%	(23.876)	-6,49%	69,62%	51,75%
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.344)	-14,04%	5.933	1,45%	3.607	0,98%	-999,11%	64,49%
Imposto de renda e contribuição social	24.622	6,48%	(1.077)	-0,26%	(9.352)	-2,54%	-2386,20%	-88,48%
Participação dos minoritários	(189)	-0,05%	(251)	-0,06%	(263)	-0,07%	-24,77%	-4,56%
Lucro (prejuízo) líquido do período	(28.911)	-7,61%	4.605	1,12%	(6.008)	-1,63%	-727,81%	-176,65%

Análise das Demonstrações de Resultado (2014 – 2013)

Receita

A redução da receita em 2014 comparada ao ano de 2013 se deu pela situação menos favorável do mercado interno, responsável por mais de 90% da receita da Companhia, além da redução da receita de Personal Care no primeiro semestre do ano, enquanto o novo modelo logístico de distribuição da divisão estava em processo de adequação.

Outras receitas e despesas operacionais

A variação de 2014 em relação ao ano de 2013 se deu pelo fato de que no ano anterior ter sido registrado na conta de “outras despesas operacionais” a receita não recorrente de R\$ 4,1 milhões, referente ao reconhecimento de crédito de ICMS ST.

Resultado financeiro

A variação das receitas financeiras comparadas nos dois exercícios se deu principalmente pela amortização integral do mútuo que a coligada Hercules S.A mantinha com a Companhia, proporcionando o registro de receita financeira na Mundial S.A., que foi substituído por debêntures emitidas por essa coligada.

As despesas financeiras de giro apresentaram alta em relação ao exercício anterior. Tal aumento não foi influenciado pelas despesas financeiras com juros sobre empréstimos, que apresentaram redução em 2014, mas sim pela decisão da Companhia de não mais atualizar as receitas financeiras com origem no recebível referente à venda da unidade de Motores Elétricos no passado, uma vez que a empresa compradora está em situação de Recuperação Judicial.

A variação da conta “outras despesas financeiras” apresentaram redução comparados ao exercício anterior. Esse desempenho se deve à adesão da Mundial S.A. e suas controladas e coligadas ao parcelamento instituído pelo “Refis da Copa”, com a utilização de prejuízos acumulados das empresas como crédito fiscal. A significativa contração das “outras despesas financeiras” não ficou explícita no saldo do resultado financeiro líquido do exercício de 2014, pois foi integralmente compensada pela forte contração das receitas financeiras no mesmo período.

Imposto de renda e contribuição social

A variação de Impostos de renda e contribuição social se deve pela ativação de prejuízo fiscal e base negativa do ano de 2014, e da redução do imposto de renda e contribuição social diferido passivo em função da realização do exercício.

10.2 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

- a. **resultados das operações do emissor, em especial**
(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

RECEITA LÍQUIDA

A internalização do processo logístico de comercialização da divisão de Personal Care mostrou seu efeito positivo sobre as vendas e a receita da área, especialmente a partir do segundo semestre do ano, à medida que os estoques do antigo distribuidor se encerravam e a nova estrutura logística se tornava mais eficiente. A receita operacional líquida de Personal Care registrou crescimento de 35,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior, e 11,3% ante o 4T13, a despeito da deterioração do cenário econômico interno. Também as divisões Gourmet e Syllent registraram no 4T14 receita líquida superior ao 3T14. Com isso, a receita operacional líquida da Companhia no trimestre totalizou R\$ 115,9 milhões, com aumento de 18,5% e 4,4% ante o trimestre anterior e o mesmo período de 2013, respectivamente.

No exercício de 2014, a receita líquida acumulou R\$ 380,1 milhões, o que indica redução de 7,2% comparado a 2013. O desempenho reflete a situação menos favorável do mercado interno, responsável por mais de 90% da receita da Companhia, além da menor receita de Personal Care no decorrer do primeiro semestre do ano, enquanto o novo modelo logístico de distribuição da divisão estava em processo de adequação. O crescimento verificado na segunda metade do ano nessa divisão, mesmo com sua relevante representatividade na receita total da Companhia, ainda não foi, portanto, suficiente para compensar os fatores adversos.

CPV

Exercício 2014

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 77,8 milhões no 4T14, com evolução de 24,5% em relação ao trimestre anterior. Considerando o exercício completo de 2014, o CPV somou R\$ 254,3 milhões, o que representa redução de 4,3% ante 2013, um pouco inferior à contração da receita (-5,3% no mesmo período), principalmente em função da pressão representada pelos aumentos salariais e do custo de matérias primas importadas. O desempenho reflete o esforço que vem sendo empreendido no sentido de controlar o custo de produção e ampliar a rentabilidade das operações, pois vale lembrar que, no primeiro semestre do ano, a Companhia ainda incorreu em custos adicionais sem o imediato retorno atribuídos ao novo processo de logística comercial da Divisão Personal Care.

Exercício 2013

O custo dos produtos vendidos (CPV) alcançou R\$ 75,0 milhões no último trimestre de 2013, ante os R\$ 61,0 milhões obtidos no mesmo período do ano anterior, o que representa incremento de 22,9%. Com o maior volume de produtos vendidos pela Companhia, à participação do CPV sobre a

receita líquida no último trimestre do ano registrou elevação em 1,4 p.p. frente ao percentual registrado no mesmo período do ano anterior, passando a representar 67,5% da receita no 4T13.

Na comparação anual, os custos operacionais somaram R\$ 265,9 milhões no exercício de 2013, montante 7,2% superior ao obtido no mesmo período de 2012, de R\$ 248,1 milhões. Ao contrário do exemplo do que ocorreu no trimestre, houve redução relativa da conta. O CPV passou a representar 64,9% do faturamento da Companhia, ante os 67,4% registrados ao final de 2012, o que representa queda de 2,5 p.p.. A busca pela eficiência e o austero controle de custos em conjunto com o aumento da receita foi o foco da gestão ao longo de 2013.

Exercício 2012

Na avaliação anual, os custos operacionais somaram R\$ 248,1 milhões em 2012, praticamente em linha ao valor obtido ao final de 2011. Os custos representaram 67,4% do faturamento da Companhia, com leve incremento de 1,2 p.p. frente ao registrado em 2011. A busca pela eficiência e o austero controle de custos têm sido, em conjunto com o aumento do volume de vendas, o foco da gestão. Os esforços empreendidos mostraram resultados no exercício, que apresentou redução do valor absoluto do CPV, a despeito do aumento das vendas.

Lucro Bruto e Margem Bruta

Exercício 2014

O lucro bruto no 4T14 foi de R\$ 38,1 milhões, 7,9% superior ao registrado no 3T14, com margem bruta de 32,9%. No desempenho anual, observa-se claramente a retomada da rentabilidade a partir do segundo semestre do ano, quando a distribuição e comercialização própria dos produtos de Personal Care já estava mais alinhada, frente ao período mais fraco do primeiro semestre em função da fase de adaptação e ajustes. O lucro bruto do exercício de 2014 somou R\$ 125,8 milhões, 12,6% inferior aos R\$ 143,8 milhões de 2013. A margem bruta de 2014 foi de 33,1%.

Exercício 2013

A Companhia obteve lucro bruto de R\$ 36,0 milhões no último trimestre de 2013, o que leva à margem bruta de 32,5%, ou seja, incremento de 15,5% sobre o registrado no 4T12, mas redução de 1,4 p.p. na margem. Considerado o exercício completo de 2013, o lucro bruto obtido pela Companhia totalizou R\$ 143,8 milhões, elevação de 19,8% ante os R\$ 120,0 milhões obtidos em 2012. A margem bruta também registrou crescimento no período, de 2,5 p.p., atingindo 35,1% em 2013. O ganho de rentabilidade confirma o acerto das medidas já tomadas no sentido de ampliar a eficiência da Mundial.

Exercício 2012

A Companhia obteve lucro bruto de R\$ 31,2 milhões no 4T12, com margem bruta de 33,8%. O desempenho mostra evolução positiva frente ao 4T11. Comparado ao mesmo período do ano anterior, o lucro bruto apresentou aumento de 18,0%, com ganho de 4,0 p.p. na margem bruta. O desempenho de 2012 foi positivo ante ao registrado no ano anterior, principalmente em razão do desempenho registrado no segundo semestre, quando o mercado também passou a dar sinais de ligeira melhora. O lucro bruto acumulado no exercício foi de R\$ 120,1 milhões, 5,1% superior em relação ao registrado em 2011, com a rentabilidade bruta alcançando 32,6%, o que indica ganho de 1,2 ponto percentual no mesmo período.

Despesas Operacionais

Exercício 2014

As despesas operacionais no 4T14 foram de R\$ 36,4 milhões, montante 29,5% superior ao registrado no trimestre imediatamente anterior. A Companhia acumulou no exercício de 2014 R\$ 117,6 milhões, na conta de despesas operacionais, o que representa aumento de R\$ 16,0 milhões ou 15,7% quando comparado com o registrado em 2013.

O item mais representativo é composto pelas despesas com vendas que, no ano, foi responsável por 66,9% das despesas totais, totalizando R\$ 78,7 milhões. O desempenho indica aumento de 5,2% em relação ao valor registrado em 2013, mesmo incorporando as despesas relacionadas à internalização do processo de distribuição e comercialização de Personal Care.

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 34,6 milhões, com evolução de 19,5% ante o registrado no ano anterior. Também contribuiu para o crescimento das despesas operacionais em 2014 o fato de, no ano anterior, ter sido registrado na conta de “outras despesas operacionais” a receita não recorrente de R\$ 4,1 milhões referente ao reconhecimento de crédito de ICMS ST.

Exercício 2013

No 4T13, as despesas operacionais totalizaram R\$ 27,6 milhões, o que representa aumento de 12,1% ante os R\$ 24,6 milhões registrados no mesmo trimestre de 2012.

Na comparação com o 4T12, as despesas administrativas foram 6,2% superiores, atingido R\$ 7,2 milhões no 4T13. Tal elevação está relacionada ao processo de reestruturação organizacional vivido pela Companhia ao longo do ano, que busca sua maior eficiência e conseqüente redução em um segundo momento. Já as despesas com vendas foram as que apresentaram a maior elevação, em 21,6%, passando de R\$ 17,2 milhões no 4T12 para R\$ 20,9 milhões no 4T13. Essas despesas se constituem na maior parcela de contribuição para o total das despesas operacionais, incluindo frete, comissões e despesas promocionais. No caso do último trimestre de 2013, as despesas com vendas acompanharam o incremento observado pelo faturamento líquido.

Em 2013, as despesas operacionais totalizaram R\$ 101,7 milhões, ante os R\$ 92,6 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, ou seja, elevação de 9,8%. Na comparação anual, tanto as despesas comerciais quanto as administrativas apresentaram elevação, em 15,6% e 12,5%, somando R\$ 74,8 milhões e R\$ 28,9 milhões, respectivamente. O desempenho se deu face ao maior volume vendido no ano de 2013, juntamente a necessidade da Companhia de se fazer presente nos grandes mercados consumidores, o que contribuiu para o ganho de rentabilidade em suas operações. A Administração da Companhia continua empenhada na busca pela eficiência por meio da revisão de processos e sistemas, procurando identificar pontos de melhorias que resultem em economia em todas as suas áreas de negócio e seus principais centros de despesas.

Exercício 2012

No ano de 2012, as despesas operacionais totalizaram R\$ 92,6 milhões, montante 6,8% inferior aos R\$ 99,4 milhões obtidos em 2011. No período, tanto as despesas comerciais - que somaram R\$ 64,8 milhões -, quanto as administrativas (R\$ 25,7 milhões) registraram redução, 0,8% e 10,8%, respectivamente. A diminuição do valor absoluto das despesas se deu ao mesmo tempo em que as

vendas aumentaram, revelando o forte esforço realizado no sentido de buscar ganho de rentabilidade para as operações.

EBITDA

EBIT - EBITDA (R\$ milhões)	2014	2013	2012
Receita Líquida	380.053	409.698	368.142
Lucro Operacional Bruto	125.760	143.842	120.052
Despesas Operacionais	(117.646)	(101.678)	(92.569)
Resultado operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	8.114	42.165	27.483
*Programa de recuperação fiscal (REFIS)	3.801	4.333	3.740
EBIT	11.915	46.497	31.223
Depreciação e amortização	11.764	11.879	12.020
EBITDA - ajustado	23.679	58.377	43.243

Exercício 2014

O cálculo do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia é ajustado considerando o resultado de sua adesão ao programa de recuperação fiscal (Refis). Considerando o acirramento do cenário econômico nacional no decorrer do exercício de 2014, além do fato da Companhia ter incorrido em custos e despesas adicionais no primeiro semestre em função da nova estrutura de comercialização adotada, o Ebitda ajustado do exercício apresentou redução de 59,4% em relação ao registrado no ano anterior, atingindo R\$ 23,7 milhões. Com isso, a margem Ebitda de 2014 foi de 6,2%, ante 14,3% no exercício anterior.

Exercício 2013

A Mundial colheu frutos satisfatórios advindos de sua atividade operacional, com elevação do faturamento e maior controle sobre os custos e despesas operacionais. Com isso, apresentou geração operacional de caixa positiva ao final de 2013. O Ebitda no 4T13 somou R\$ 16,5 milhões, com ganho de 54,1% ante o 4T12, e margem de 14,9% sobre a receita líquida.

No ano, a Mundial atingiu Ebitda de R\$ 58,4 milhões, o que representa incremento de 35,0% comparado aos R\$ 43,2 milhões registrados em 2012. A margem se elevou em 2,5 p.p., alcançando 14,2% em 2013.

Exercício 2012

O ano de 2012 foi marcadamente melhor no que tange a geração operacional de caixa. Enquanto o EBITDA, operacional em 2011 somou R\$32,4 milhões, o mesmo indicador registrou R\$ 43,2

milhões em 2012, um incremento superior à 33%. A margem registrou aumento de 2,8 p.p., passando de 8,9% em 2011 para 11,7% ao final de 2012.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No acumulado de 12 meses de 2014, a Companhia registrou despesa líquida de R\$ 61,4 milhões no resultado financeiro, 69,6% superior à despesa financeira líquida de R\$ 36,2 milhões apurada no exercício de 2013. Avaliando as sub-contas que compõem esse saldo, observa-se que as receitas financeiras foram praticamente nulas em 2014 (R\$ 36 mil), ante R\$ 41,2 milhões em 2013. O principal fator que explica tal desempenho foi à amortização integral do mútuo que a coligada Hercules S.A mantinha com a Companhia, proporcionando o registro de receita financeira na Mundial S.A., que foi substituído por debêntures emitidas por essa coligada, sobre as quais não incidirá qualquer correção monetária.

As despesas relacionadas ao passivo fiscal, sob a conta de “outras despesas financeiras” somaram R\$ 18,1 milhões em 2014, inferiores aos R\$ 41,9 milhões registrados no exercício anterior. Esse desempenho se deve à adesão da Mundial S.A. e suas controladas e coligadas ao parcelamento instituído pelo “Refis da Copa”, o que permitiu a utilização de créditos fiscais referentes a prejuízos acumulados e proporcionou ainda a redução de multas, juros e encargos legais.

Exercício 2013

O cenário econômico mundial, por mais um ano consecutivo, não foi animador em 2013. A evolução do PIB de economias líderes, como EUA e Alemanha, decepcionou o mercado, atingindo respectivamente 1,9% e 0,4%, índices inferiores aos registrados no ano anterior. A Argentina, importante parceiro comercial do Brasil, vem sofrendo os impactos negativos da forte desvalorização de sua moeda, com disparada da inflação e redução de suas reservas internacionais. No Brasil, tivemos alta da taxa de juros como ferramenta utilizada pelas autoridades monetárias no combate à pressão inflacionária, e redução na oferta de crédito. Ao mesmo tempo, indicadores mais positivos se mantiveram, com a taxa de desemprego registrando o menor patamar de sua história e novos consumidores entrando na classe média. Depois de um período de menor demanda, a partir do crescimento do nível de endividamento das famílias e redução da confiança do consumidor, o mercado doméstico começou a dar sinais de retomada no último trimestre do ano. O PIB brasileiro cresceu 0,7% no quarto trimestre em comparação com o trimestre imediatamente anterior e 1,9% ante igual período de 2012. No acumulado do exercício, a evolução foi de 2,3%, acompanhada da boa notícia de crescimento de 6,3% no nível de investimento na economia (formação bruta de capital fixo).

Mesmo frente a esse cenário instável, a Companhia alcançou desempenho operacional positivo, com aumento das vendas em todos os seus segmentos de atuação. A evolução confirma o acerto da estratégia comercial mais agressiva que vem sendo adotada e do trabalho de reestruturação da empresa, que envolve adequação de processos industriais e administrativos, além de rigorosa gestão de custos e despesas.

Exercício 2012

A receita da Companhia teria uma evolução mais significativa em relação ao exercício de 2011 não tivessem os primeiros 5 meses do ano representado um período de fraca demanda. Notadamente

na Divisão Fashion, o reposicionamento da taxa cambial, evoluindo de R\$ 1.55 por US\$ para cerca de R\$ 2.00 por US\$ proporcionou um incremento nos negócios desta divisão. Neste patamar cambial, muitas confecções e até mesmo redes de varejo optaram por voltar a produzir e/ou encomendar produtos no Brasil, dando novo animo à cadeia produtiva do setor de confecção.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não apresentou variações na sua receita decorrentes de modificações de preços ou de taxas de câmbio, porem vale destacar alterações do volumes de vendas para os seguintes segmentos em que atua:

Na divisão Personal Care, com receita líquida de R\$ 135,9 milhões em 2014, a Divisão manteve-se como o segundo maior segmento de atuação, responsável por 35,8% da receita líquida total do ano. A reabsorção da gestão comercial e logística passou por período de adequação, especialmente no primeiro semestre do ano. Além da criação da estrutura e equipe de vendas próprias, e da curva de aprendizagem existente no início de todo novo processo, durante a primeira metade do ano, a Companhia teve a concorrência no mercado dos produtos ainda em estoque do antigo operador terceirizado. Passada essa primeira fase, as vendas da Divisão assumiram tendência de alta, ainda que o mercado tenha se mostrado retraído no decorrer de todo o ano. Dados tais fatores, a receita operacional líquida registrada em Personal Care em 2014 foi 9,3% inferior à do exercício de 2013, com lucro bruto de R\$ 57,9 milhões e margem bruta de 42,6%.

Na Divisão Fashion, no 4T14, esta Divisão registrou receita líquida de R\$ 41,9 milhões, 8,4% inferior ao 3T14, somando R\$ 173,0 milhões no exercício de 2014, o que representa redução também de 8,4% ante o registrado em 2013. O lucro bruto foi de R\$ 8,8 milhões no 4T14 e R\$ 42,9 milhões acumulado nos 12 meses de 2014, com decréscimo de, respectivamente, 30,5% e 19,4% ante iguais períodos do ano anterior. A margem bruta também apresentou retração, passando de 28,1% em 2013, para 24,8% em 2014. O Ebitda do exercício de 2014 foi de R\$ 10,7 milhões, o que indica redução de 46,8% em relação ao ano anterior. O desempenho da divisão foi negativamente afetado pelo menor número de dias úteis no exercício de 2014 e, principalmente, pelas menores vendas face à retração da demanda. A recente desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar norte-americano tende a contribuir para o melhor desempenho deste segmento nos próximos períodos pois, mesmo que o mercado de moda no País esteja bastante retraído, os produtos voltados para o mercado de massa ganham competitividade em relação aos importados, de menor qualidade.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação de custos manteve-se em linha com os valores orçados pela Companhia lembrando que seus principais insumos tem vetores de custos fortemente indexados à taxa cambial, como cobre, alumínio, zinco e aços inoxidáveis.

10.3 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2014, o destaque foi a reabsorção da distribuição e comercialização para o mercado nacional da Divisão Personal Care (marcas Mundial e Impala), assim como o processo de importação dos produtos fabricados por terceiros no exterior para a Divisão, que é a segunda maior da Companhia. Reassumimos esses processos que, até janeiro, estavam em mãos de um operador terceirizado, tomando um importante passo no sentido de buscar ganho de eficiência na atividade operacional, com aumento no volume, redução dos prazos médios de vendas e maior rentabilidade.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas estão abaixo apresentadas. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture – Em setembro de 2014, o IASB emitiu pequenas alterações nas IFRS 10 Consolidated Financial Statements e IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures (2011). As alterações referem-se a uma inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e a IAS 28 (2011), referente à venda ou a entrada de bens entre um investidor e sua coligada ou joint venture. A principal consequência das alterações é que um ganho ou perda total é reconhecido quando a transação envolve um negócio (se ele estiver alocado em uma filial ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Mundial S.A. está analisando os possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis.

Equity Method in Separate Financial Statements – Em agosto de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 27, que permite uma entidade a utilizar o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas em suas demonstrações contábeis separadas. O IASB esclarece que as alterações vão ajudar a algumas jurisdições a registrar em IFRS suas demonstrações contábeis individuais, reduzindo os custos de conformidade sem reduzir a informação disponível aos investidores. A adoção será requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação retroativa. A Companhia já utiliza em suas demonstrações contábeis individuais o método de equivalência patrimonial, para registrar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas.

IFRS 9 Financial instruments - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 – Financial instruments, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Mundial está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações financeiras.

Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations – Em maio de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IFRS 11 - Joint Arrangements, que trata de alterações sobre como contabilizar a aquisição de uma participação em uma operação conjunta que constitui um negócio. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Mundial está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações financeiras.

Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization – Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 – Property, Plant and Equipment e IAS 38 – Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo. O IASB esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Mundial está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers – Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 – Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substitui os atuais pronunciamentos IAS 18 – Revenue, o IAS 11 – Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio deste fundamento para o reconhecimento de receita, é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2017 e a Mundial está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization – Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 – Property, Plant and Equipment e IAS 38 – Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo. O IASB esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e não produziu efeito relevante nestas demonstrações contábeis. está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers - Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substitui os atuais pronunciamentos IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio fundamental desse princípio para o reconhecimento de receita é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou dos serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2017 e não produzirá efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações significativas de práticas contábeis para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2014.

c. ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Ressalvas

Comentários dos diretores

Na opinião apontada pelos nossos auditores externos KPMG Auditores Independentes, os saldos patrimoniais relativos às obrigações fiscais e sociais de impostos a pagar foram ajustados em 31 de dezembro de 2014, ou seja, no que diz respeito ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e tão somente em relação a este período, o parecer dos auditores independentes não deveria conter ressalvas. No entanto como, na opinião dos auditores independentes, não foi possível apurar com exatidão os saldos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, razão pela qual a opinião àquela época foi emitida com ressalva, também não foi possível concluir sobre os possíveis impactos, se houver, sobre os saldos de obrigações fiscais e sociais de impostos a pagar comparativos do exercício de 2013 e apurar os possíveis impactos, se houver, no resultado do exercício de 2014 decorrentes de ajustes de exercícios anteriores.

Ainda, cumpre destacar que a Companhia continua realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução e/ou quitação do passivo tributário federal.

10.5 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.

Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

Nas informações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Mundial S.A. na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moedas estrangeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

ii. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda de apresentação) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto, se a controlada não for uma controlada integral, então a parcela correspondente à diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber de, ou a pagar para, uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível são consideradas como parte do investimento líquido na operação no exterior e são reconhecidos em outros resultados abrangentes, e acumulados em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas “desreconhecem” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separados.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e suas controladas tenham intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas “desreconhecem” um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação como reserva de capital.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;

- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando método linear baseado na vida útil econômica. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo arrendado. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

As vidas úteis estimadas dos itens significantes do ativo imobilizado são as seguintes:

- Prédios de 25 a 88 anos;
- Instalações de 3 a 50 anos;
- Máquinas e equipamentos 2 a 40 anos;
- Ferramentas de 2 a 55 anos;
- Computadores de 2 a 43 anos.
- Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de cada exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

i. Reconhecimento inicial

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção

de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Dentro desse conceito, os seguintes ativos intangíveis foram reconhecidos: aquisição da licença de uso marca Impala por prazo indeterminado e softwares.

ii. Gastos subseqüentes

Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear relacionada às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Softwares de 5 a 15 anos
- Marca Impala: indefinida

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sob condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

iii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Ativos classificados como ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável em um grupo de ativos classificados como mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata*. Nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros e ativos fiscais diferidos, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas subsequente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizáveis ou depreciáveis. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos à aplicação do método de equivalência patrimonial quando classificados como mantidos para venda.

j. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

I. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da controladora e das controladas, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. (Nota explicativa 22)

m. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada operação de venda.

n. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia e suas controladas definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia e suas controladas de controlarem o uso do ativo subjacente.

A Companhia e suas controladas separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao

valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros recebidos de clientes, variações cambiais e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações cambiais, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob

a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

q. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Mundial e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

r. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Mundial), despesas da sede, resultado financeiro e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

s. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

10.6 COM RELAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR.

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os controles internos em prática da Companhia sobre a elaboração e apresentação de Relatórios Financeiros visam fornecer segurança a respeito da confiabilidade na preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis divulgadas.

A companhia com base nas melhores práticas, através de sua estrutura interna, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados seus sistemas de controles, com o objetivo de mitigar eventuais perdas que possam advir de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. O estudo efetuado na extensão e com o objetivo antes mencionado pelos auditores independentes não se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos da Companhia.

10.7 CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

10.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iv. contratos de construção não terminada v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Provisão para Contingencias

Existem processos e obrigações possíveis cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2014.

10.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Caso a Companhia não tenha êxito nos processos o resultado será alterado no montante conforme tabela abaixo item “c”.

b. natureza e o propósito da operação

Contingencias Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

d. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Causas cíveis	11.104	12.575
Causas trabalhistas	5.473	5.453
Causas tributárias	50.116	73.633
	66.693	91.661

10.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia continuou seu processo de investimento focado na manutenção preventiva, considerando, as limitações de caixa do período e o foco na readequação de seu perfil financeiro, dedicando esforços no sentido de direcionar recursos para o equacionamento do passivo fiscal.

Em termos operacionais, foram realizados investimentos no início de 2014 na montagem da estrutura de depósito e distribuição de produtos. Em termos operacionais, na contínua busca pelo ganho de produtividade, estão entre os objetivos da Companhia a introdução de novos e mais eficientes processos produtivos e a ampliação do grau de automação. No exercício de 2014 a Companhia direcionou R\$ 10,3 milhões para investimentos, montante 28,8% superior aos R\$ 8,0 milhões investidos em 2013.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve quaisquer aquisições de ativos pela Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há novos projetos com investimentos relevantes além dos já citados anteriormente.

10.11 COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

12.5 SE EXISTIR, DESCREVER A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA INSERIDA NO ESTATUTO PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE ACIONISTAS E ENTRE ESTES E O EMISSOR POR MEIO DE ARBITRAGEM.

Não há cláusula compromissória no Estatuto da Companhia para resoluções de conflitos de interesse entre os acionistas por meio de arbitragem.

12.6 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Eleição Posse	Prazo Mandato	Outros Cargos	Eleito Controlador
Michael L. Ceitlin	54	Engenheiro	295.996.600-72	Pres. do Conselho	05/05/2014	1 ano	Diretor Presid. e DRI	SIM
Paulo R. Leke	72	Economista	001.986.760-34	Vice-Presidente	05/05/2014	1 ano	Não há	SIM
José Maria C. H Soares	74	Adm. de Empresas	011.277.727-91	Conselheiro	05/05/2014	1 ano	Não há	SIM
Edson Queiroz Barcelos Jr.	40	Advogado	936.135.801-44	Conselheiro	05/05/2014	1 ano	Não há	SIM
Adolpho Vaz de Arruda Neto	46	Adm. de Empresas	074.416.798-18	Conselheiro	05/05/2014	1 ano	Não há	SIM

DIRETORIA								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo controlador
Michael Ceitlin	54	Engenheiro	295.996.600-72	Diretor Presidente	05/05/2014	1 ano	Presidente do Conselho e DRI	SIM
Julio C. Camara	49	Contador	438.373.870-20	Diretor	05/05/2014	1 ano	Não se aplica	SIM
Marcelo F. de Freitas	48	Contador	526.944.020-20	Diretor	05/05/2014	1 ano	Não se aplica	SIM

12.7 COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO

A Companhia não possui comitês estatutários e não estatutários, de auditoria, de riscos, financeiros e de remuneração.

12.8 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, FORNECER:

a. Currículo, contendo as seguintes informações: i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de

sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou Administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michael Lenn Ceitlin – CPF 295.996.600-72

Membro do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Experiências profissionais: Iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi em 1985, atualmente Mundial S/A e Hercules S/A, como gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura. Eleito, em 1993, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Superintendente das empresas ZIVI S/A – Cutelaria, HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES e EBERLE S/A. atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, das empresas MUNDIAL S/A, e HERCULES S/A, empresas do ramo Industrial e comercial.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Paulo Roberto Leke – CPF 001.986.760-34

Membro do Conselho de Administração desde 2009.

Experiências profissionais: De 1977 a 1982 foi Gerente Geral Administrativo Financeiro Grupo Gerdau; de 1982 a 1989 foi Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado na RIOCELL S/A; de 1990 a 1994 foi Diretor Corporativo Grupo Joaquim Oliveira; de 1994 a 1997 foi Diretor Corporativo de Finanças e Controle das empresas Eberle S/A, Zivi S/A e Hercules S/A.

Desde 1997 é Sócio de Leke + Gross Consultores Associados. Atualmente é Membro do Conselho de Administração de Lojas Colombo S.A. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração das empresas Mundial S.A. e Hercules S.A.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Jose Maria de Cesarino Henriques Soares – CPF 011.277.727-91

Membro do Conselho de Administração desde 2012.

Experiências profissionais: BOVESPA – Superintendente de Desenvolvimento de Mercado (1982/85); BOVESPA – CEO (1986/87) e Consulting Group do Brasil – 1988 a 2011 – Sócio-diretor - Conselhos de Administração das empresas: Telemar – Suplente do Presidente do Conselho – 1998/2000; LF Telecom – 2000/2005; La Fonte Participações S.A.(Jereissati Participações S.A).- 2001 a 2011 – Consultorias nas empresas: Grupo Santista, Lojas Renner, Springer, Iochpe, Grupo Ultra, Laticínios Mococa, CBD (Pão de Açúcar), Hospital São Luiz. Atualmente é Conselheiro de administração das empresas Mundial S/A e Hercules S/A.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Edson Queiroz Barcelos Junior – CPF 936.135.801-44

Membro do Conselho de Administração, desde 2012.

Experiências profissionais: Ocupação Principal: Sócio Sênior do Escritório Eduardo Ferrão Advogados Associados, desde 2003. Área de atuação: Tribunais Superiores. Ramo de Atuação: Direito Constitucional, Tributário, Econômico, Empresarial e Bancário. Atualmente é Conselheiro de administração da empresa Mundial S/A.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Adolpho Vaz de Arruda Neto – CPF. 074.416.798-18

Membro do Conselho de Administração, desde 2012.

Experiências profissionais: Sócio Gerente responsável pela administração geral da Empresa Pauli Pecuária e Empreendimentos Ltda.; membro do Conselho deliberativo e Sócio Proprietário do Empreendimento Condomínio Cetenco Plaza; de 1977 a 2003 foi Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, Secretário Municipal de Esportes e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego na Prefeitura Municipal de Registro; membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Atualmente é Conselheiro de administração da empresa Mundial S/A – Produtos de Consumo.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Marcelo Fagundes de Freitas – CPF.526.944.020-20

Diretor estatutário, desde 2007.

Experiências profissionais: Iniciou suas atividades no Grupo ZIVI em 1986, atualmente Mundial. Exerceu as funções de subchefe do Contas a receber, Analista Contábil, Chefe da Contabilidade Societária, Gerente de Controladoria, Gerente de Controladoria e Finanças. Atualmente é Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Julio Cesar Camara – CPF 438.373.870-20

Diretor estatutário, desde 1998.

Experiências profissionais: Iniciou suas atividades no grupo Eberle Mundial em 1996, como consultor Empresarial pela Galeazzi & Associados. Em 1998 foi eleito Diretor de Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial, das empresas Eberle S/A, Zivi S/A e Hercules S/A. Em 2007 passou a exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Controle. Atualmente exerce o cargo de Diretor Geral Personal Care das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

12.9 INFORMAR A EXISTENCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

- a. administradores do emissor;**
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;**
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;**
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com qualquer administrador da Companhia.

12.10 RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor;**

Não há relação

- b. controlador direto ou indireto do emissor;**

Não há relação

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Michael Lenn Ceitlin – CPF 295.996.600-72

Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

Pessoa relacionada: ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA., financiador do emissor.

13.1 DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

Em que pese a Companhia ainda não ter implementado a remuneração variável para os administradores além daquela prevista em seu Estatuto Social, a companhia acredita que o principal desafio na gestão de pessoas em todos os níveis está centrado na capacidade de atrair e reter executivos de alto nível através da remuneração de mercado, associando à mesma uma parcela variável em função dos resultados alcançados. Outro desafio é estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras; superando desafios de curto e longo prazo de maneira consistente e sustentável.

A Companhia acredita que executivos de alto nível trazem um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios e conseqüentemente para os acionistas. A companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração dos administradores está atrelada somente ao resultado econômico do exercício no limite estabelecido pelo Estatuto Social, ou seja até 10% do resultado líquido. No que diz respeito aos demais executivos não estatutários, a remuneração está dividida em duas partes, uma fixa que corresponde ao salário base e outra na forma de remuneração variável que corresponde ao incentivo de curto prazo.

A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo) no 3º quartil de mercado.

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais que representam em média as melhores práticas de mercado para empresas de porte similar.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para Administradores 100% fixo a exceção da distribuição de 10% do resultado se houver. Para executivos 60% fixo e 40% variável sobre metas operacionais

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor a remuneração fixa e o alvo dos incentivos de curto prazo são periodicamente comparados com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário para assegurar o cumprimento dos objetivos da política.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto e longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O incentivo de curto prazo é determinado por indicadores operacionais como evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No planejamento estratégico realizado a cada 3 anos são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobradas por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A remuneração está estruturada de tal forma que parte importante é composta pela parcela variável, cujo pagamento está vinculado à realização das metas e dos desafios.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos - a evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional, são os que a companhia entende melhor resguardam o interesse de longo prazo dos acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor:

Não se aplica.

13.2 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Remuneração total do Exercício em 31/12/2012 - Valores Anuais				
a. Órgão	Cons. de Admin.	Diretoria Estatutária	Cons. Fiscal	Total
b. Número de membros (1)	3,75	3	3	9,75
c. Remuneração segregada				
i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore (2)	361.880,00	1.963.691,00	199.800,00	2.525.371,00
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseado em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	361.880,00	1.963.691,00	199.800,00	2.525.371,00

OBS.

(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses, conforme instrução Ofício Circular CVM/SEP 01/2013.

(2) O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.

Remuneração total do Exercício em 31/12/2013- Valores Anuais				
a. Órgão	Cons. de Adm	Diretoria Estatária	Cons. Fiscal	Total
b. Número de membros (1)	4	3	3	10
c. Remuneração segregada				
i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore (2)	376.704,00	2.057.284,16	194.400,00	2.628.388,16
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseado em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	376.704,00	2.057.284,16	194.400,00	2.628.388,16

OBS.

(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses, conforme instrução Ofício Circular CVM/SEP 012013.

(2) O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.

Remuneração total do exercício social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
a. Órgão	Cons. de Adm	Diretoria Estatutária	Cons. Fiscal	Total
b. Número de membros (1)	4	3	3	10
c. Remuneração segregada				
i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore (2)	376.704,00	2.175.142,64	194.400,00	2.746.246,64
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseado em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	376.704,00	2.175.142,64	194.400,00	2.746.246,64

OBS.

(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses, conforme instrução Ofício Circular CVM/SEP 01/2013.

(2) O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.

Remuneração prevista para o exercício social em curso - Valores Anuais				
a. Órgão	Cons. de Adm	Diretoria Estatutária	Cons. Fiscal	Total
b. Número de membros (1)	4	3	3	10
c. Remuneração segregada				
i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore (2), (a)	399.306,24	2.348.687,20	48.600,00	2.796.593,44
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseado em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	399.306,24	2.348.687,20	48.600,00	2.796.593,44

OBS.

(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses, conforme instrução Ofício Circular CVM/SEP 01/2013.

(2) O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.

(a) a remuneração do Conselho Fiscal foi considerado por 03 (três) meses no ano em curso.

13.3 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Na Companhia, não houve pagamento de bônus e participações de resultados para nenhum o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, nos três últimos exercícios sociais e não está previsto pagamentos para o exercício social corrente.

13.4 EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:

Não aplicável a Companhia.

13.5 INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Posição em 31/12/2014			
MUNDIAL S/A	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Ações (MNDL3)	569.441	57.691	621

13.6 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.7 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não se aplica a Companhia.

13.8 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS.

Não se aplica a Companhia.

13.9 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO, NO MÍNIMO: (A) MODELO DE PRECIFICAÇÃO; (B) DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE

DE RISCO; (C) MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DE EXERCÍCIO ANTECIPADO; (D) FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA; (E) SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO.

Não se aplica a Companhia.

13.10 EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS.

Não se aplica a Companhia.

13.11 EM FORMA DE TABELA, INDICAR, PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À DIRETORIA ESTATUTÁRIA E AO CONSELHO FISCAL:

ANO 2012	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros (1)	3,75	3	3
Valor da maior remuneração Individual (2)	104.640,00	829.608,00	76.800,00
Valor da menor remuneração Individual (2)	72.000,00	480.000,00	64.800,00
Valor médio de remuneração Individual	96.501,33	654.563,67	66.600,00
ANO 2013	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros (1)	4	3	3
Valor da maior remuneração Individual (2)	94.176,00	1.060.594,00	64.800,00
Valor da menor remuneração Individual (2)	94.176,00	483.076,88	64.800,00
Valor médio de remuneração Individual	94.176,00	685.761,39	64.800,00
ANO 2014	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros (1)	4	3	3
Valor da maior remuneração Individual (2)	94.176,00	1.167.932,00	64.800,00
Valor da menor remuneração Individual (2)	94.176,00	488.341,32	64.800,00
Valor médio de remuneração Individual	94.176,00	725.047,55	64.800,00
<p>OBS.</p> <p>(1) para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples).</p> <p>(2) Foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.</p>			

13.12 DESCREVER ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR:

Não se aplica.

13.13 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO:

Não se aplica.

13.14 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não receberam remuneração além das referentes a função que ocupam na Companhia.

13.15 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não receberam remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há outras informações relevantes.

ANEXO

MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO

CNPJ 88.610.191/0001-54

NIRE 35300342011

Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

São convocados, os Senhores Acionistas da MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO ("Companhia") a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 08 de junho de 2015, às 15h00m, na sede social da Companhia, situada na Rua do Paraíso, nº 148, 15º andar, conj. 151, bairro Paraíso, São Paulo - SP, CEP 04103-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- i. Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis, relatório da administração e parecer dos auditores, independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2014;
- ii. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;
- iii. Fixar o número de membros para compor o Conselho de Administração nos termos do que dispõe o Estatuto Social da Companhia;
- iv. Eleger os membros do Conselho de Administração;
- v. Fixar o montante da remuneração dos Administradores.

Em conformidade com o disposto nas Instruções CVM 165/91, 282/98 e 481/09, o percentual mínimo da participação do capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 8% (oito por cento).

Instruções Gerais:

1. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a ser examinadas e deliberadas na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração da Companhia contendo os esclarecimentos exigidos pela Instrução CVM nº481/09, estão a disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos sítios eletrônicos www.mundial.com, www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br.
2. Os acionistas ou seus representantes habilitados deverão observar, para participação na Assembleia ora convocada, o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, parágrafo 1º, cujo instrumento deverá ser depositado na sede social com antecedência mínima de três dias.

São Paulo (SP), 07 de abril de 2015.

Michael Lenn Ceitlin

Presidente do Conselho de Administração